



CARTA DA ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA) À PRÓXIMA MINISTRA DO MDS, SR^a. TEREZA CAMPELLO

Recife, 28 de dezembro de 2010

Exm^a. Sr^a. Tereza Campello

O Semiárido brasileiro é uma grande área de abrangência territorial do país, compreendendo 969.589,40 km², no qual estão inseridos 1.133 municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Essa extensão territorial representa 11,4% da área total do país. Nesse território, vivem 20,8 milhões de habitantes, 44% dos quais residindo na zona rural. No que se refere à área geográfica, os movimentos sociais do Maranhão e a própria Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) debatem e reivindicam que áreas daquele Estado sejam incorporadas à delimitação do Semiárido, considerando a grande similaridade nas suas características.

O Semiárido como um todo não é desértico nem impróprio à vida. Possui alta diversidade ecológica e pluviosidade média variando entre 300mm a 800 mm no ano, superior a outras regiões áridas e semi-áridas no mundo. Entretanto, existem áreas do Nordeste com sinais extremos de degradação, os chamados “Núcleos de Desertificação”, como Gilbués (PI), Irauçuba (CE), Seridó, fronteira entre os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e Cabrobó (PE). Tais impactos são decorrentes de modos inadequados de uso e exploração da região, como desmatamento, uso predatório dos rios e da terra, prática de queimadas, contaminação dos solos com agrotóxicos, entre outros.

O aspecto mais associado às características do Semiárido é a seca, com a afirmação mais comum de que não chove o suficiente e que há falta de água, aí residindo uma de suas maiores falácias. A pluviosidade média em torno de 700 mm ao ano não é das mais elevadas, mas é equivalente à precipitação média da Europa Central. O problema da escassez de água, no entanto, reside muito mais no fato de chover apenas um período do ano e de modo concentrado, ao que se somam os processos inadequados de armazenamento e a falta histórica de políticas públicas que se voltassem para a população mais afetada pelo problema, que é a população rural e pobre que vive longe das sedes municipais. O clientelismo político do tradicional coronelismo que imperou secularmente no Nordeste brasileiro aprofundou as desigualdades socioeconômicas e a concentração fundiária, implementando soluções com gigantismo e ineficiência, alimentadoras da “indústria da seca”, e que efetivamente não mudaram a realidade na região.



Desse modo, se esta água da chuva fosse captada e adequadamente armazenada, utilizando-se de várias opções tecnológicas simples e de baixo custo, como o caso da cisterna de placas, o seu suprimento para famílias e comunidades pobres rurais que habitam o território de forma difusa espacialmente estaria assegurado. O problema reside, então, muito mais na falta de estruturas adequadas de armazenamento da água diferenciadas daquelas que concentram o seu uso e sua propriedade. Estudiosos da questão afirmam, claramente, que chove no sertão o suficiente para a manutenção da população, inclusive nos período de estiagem. O problema é que a evapotranspiração é muito grande, sendo agravada pela armazenagem inadequada. As construções de barragens, em estilo de grandes e faraônicas obras, não respondem às necessidades da região e à democratização do acesso à água.

O Semiárido brasileiro, ao lado desses fatores, se caracteriza pelos menores IDH-Municipais, pelos maiores índices de analfabetismo, além da presença aguda de fome e desnutrição em muitas regiões do seu território. Problemas gerados não pela natureza, mas pelas políticas que têm sido dirigidas historicamente à região. Não é raro se encontrar a referência, em muitas regiões do país e em vários meios de comunicação, do Semiárido como uma região inviável e seu povo como incapaz. Essa hipotética incapacidade e inviabilidade, ideologia que sempre fundamentou as políticas de combate à seca dirigidas à região, embora oriunda das leituras e da prática da elite brasileira, é sistematicamente creditada à seca, aos problemas de semi-aridez, à natureza - como se a própria natureza houvesse decidido a inviabilidade do Semiárido e a incapacidade do seu povo. Durante muito tempo e, em muitos casos, ainda nos dias de hoje, as únicas políticas oficiais destinadas à região foram aquelas denominadas de “combate à seca”, em formatos que nada faziam mais além de manter a população na subalternidade e na dependência, políticas essas normalmente vinculadas às barganhas pelo voto, mantendo o poder no domínio das mesmas pessoas e grupos da elite dominante na região, e a população pobre no rodapé das políticas de desenvolvimento local e regional.

A hegemonia das políticas de combate à seca, com contribuição decisiva dos meios de comunicação social, construiu no imaginário popular e da própria nação uma falsa idéia sobre o Semiárido: um lugar apenas de terra rachada e seca, onde se encontra carcaças de gado morto, crianças desnutridas, agricultura improdutivo. Deste modo, o que era resultado da falta de estrutura e de políticas condizentes virou falta de água, e o que era a ausência do Estado, enquanto provedor de políticas públicas adequadas, passou a ser a incapacidade do povo de inovar e criar alternativas para conviver com as condições de semi-aridez da região.

Nas últimas décadas vem sendo construída, gradativamente, como fruto de ações da sociedade civil, de órgãos estatais de pesquisa e de estudiosos, outras concepções para ver, trabalhar e construir o Semiárido. Essa mentalidade está baseada no reconhecimento de que seu povo é cidadão, que a seca não se combate, de que é essencial e possível conviver com a semi-aridez, que a região é viável, desde que a ela sejam dirigidas políticas adequadas, enfatizando-se a perspectiva de gênero e a necessidade de uma educação contextualizada. Nasce, assim, a perspectiva da *Convivência com o Semiárido*, ao invés do velho e carcomido “combate à seca”.



Conviver com o Semiárido significa criar e dinamizar possibilidades concretas de vida no Semiárido, a partir de que agricultoras e agricultores implementem processos de criação e cultivo de animais e plantas nativas e que se adequem mais facilmente à região e ao seu clima, assim como ao desenvolvimento de sistemas de armazenamento de água que permitam que todas as pessoas tenham efetivo acesso à água, além da implementação de processos de educação contextualizada e busca de uma reforma agrária igualmente adequada à região e suas características.

As comunidades, organizações e agricultores do Semiárido sempre desenvolveram, a partir das premissas acima, inúmeras tecnologias e experiências para tornar viável a vida no Semiárido, entre as quais as cisternas e a educação contextualizada. Assim, neste cenário de dialética e luta entre os processos de “combate à seca” e o nascimento e fortalecimento de propostas políticas de convivência com o Semiárido, nasce a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), congregando na época mais de 700 organizações e afirmando enfaticamente a viabilidade do Semiárido e o valor de seu povo.

O Governo Lula, nos seus quase oito anos de atuação, soube aliar-se com sabedoria, força e eficiência aos movimentos sociais e desenvolver políticas e programas que vêm superando e rompendo com o quadro de insegurança alimentar, dependência política e subdesenvolvimento que grassa no Semiárido. Para isso, algumas ações e espaços de gestão foram estratégicos:

1. A rede de cisternas familiares implantada no Semiárido brasileiro nesses últimos 10 anos, com mais de 450 mil unidades de 16 mil litros de água potável cada distribuída nos nove Estados que compõem o Semiárido e onde mais se necessita de soluções adequadas de armazenamento de água, constitui-se na maior estrutura hídrica descentralizada jamais construída na região, com mais de 7,2 milhões de metros cúbicos de água armazenada para uso de mais de 2 milhões de pessoas das famílias contempladas com o Programa Cisternas. Desenvolvida a partir de propostas oriundas da sociedade civil organizada e implementada em cerca de 80% pelas organizações da própria sociedade, demonstra o acerto da escolha política de um governo democrático na formulação, execução e gestão de políticas públicas de forma participativa e respeitosa com a sociedade organizada. Esse processo foi capaz de inverter as práticas que via de regra mantiveram historicamente a subalternidade do povo do Semiárido.

2. Do mesmo modo a rede de captação de água da chuva para produção de alimentos tem sido capaz de reverter a situação de insegurança alimentar de milhares de pessoas por meio da construção de cisternas calçadão, barragens subterrâneas, tanques de pedra, bombas d’água popular e outras. O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) tem sido uma iniciativa exitosa na produção de alimentos para as famílias agricultoras do Semiárido.

3. Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio do qual se estabelecem relações de caráter estruturante e emancipatório com as organizações, cooperativas, associações e movimentos sociais do campo e que,

juntamente com o Luz no Campo, Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) e P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas), caracterizam um rol de políticas inovadoras e estruturantes, criadas e implantadas nos Governos Lula. O PAA, operacionalizado pela Conab, fortalece as organizações da Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Povos e Comunidades Tradicionais, bases sociais históricas do PT.

4. Processos de assistência social e alimentar com a implantação do SUAS e de um conjunto imenso de ações e programas como restaurantes populares e cozinhas comunitárias, que garantem vida mais digna e segurança alimentar para as populações mais pobres e vulneráveis.

5. O Bolsa Família, que tem levado a milhões de pessoas a possibilidade de alimentação e vida melhor, com ênfase para as pessoas residentes no Semiárido.

Estas e outras ações e políticas efetivamente vem mudando o quadro do Semiárido.

Temos a certeza de que, para a efetivação destas políticas, foi fundamental a ação cotidiana deste Ministério, que melhor simbolizou o compromisso do Presidente Lula e de sua equipe com os pobres deste país.

O desafio que se coloca para o governo da Presidenta Dilma e sua equipe é aquele não apenas de manter as conquistas, mas, antes de qualquer coisa, ampliá-las, para que possamos vencer a fome e incluir todos(as) os(as) brasileiros(as) no desenvolvimento.

Olhando a realidade por esta perspectiva, vemos que estas políticas dentro do MDS, além de serem mantidas, precisam ser fortalecidas, tendo ante si o desafio fundamental de enraizar processos e ampliar metas de programas que incidam diretamente sobre a população, melhorando suas condições de vida. A título de exemplo, o Programa Cisternas, com a água para consumo humano e produção, precisa triplicar seu orçamento para se chegar a meta final de cerca de um milhão e duzentas mil famílias incluídas; mas de igual modo ampliar o Bolsa Família e qualificá-lo sempre mais; ampliar programas de assistência social e alimentar; ampliar o aprofundar o raio de atendimento do PAA, nas suas varias modalidades.

Neste contexto, Exm^a. Senhora próxima Ministra, ao tempo em que a parabenizamos, entendemos como importante que, no período que se avizinha, onde será montado o orçamento para os próximos quatro anos, o Plano Plurianual (PPA), sejam mantidos os compromissos da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), que de forma proativa tem sido um espaço estratégico para as ações de combate à fome e inclusão social para o povo no Semiárido.

Por esta razão, a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), com suas mais de 3.000 organizações que atuam voltadas para a viabilização do Semiárido e a cidadania de seu povo, data vênha, vem solicitar/propor a Vossa Excelência a permanência do nome do Sr. Crispim Moreira para continuar à frente da Secretária de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), bem como a manutenção de sua equipe.



Pelo histórico de luta da Senhora Tereza Campello e da Presidenta Dilma, temos certeza de que o compromisso e a competência serão sempre critérios. Colocamo-nos à disposição para junto a este Ministério continuar esta parceria, que vem dando passos significativos para que o Semiárido e o Brasil possam, efetivamente, incluir todos(as) os(as) seus(suas) filhos(as) na esteira do desenvolvimento sustentável.

Atenciosamente,

pela Coordenação Executiva da ASA

Naidison de Quintella Baptista

Coordenador Executivo da ASA pelo Estado da Bahia

Francisca Cristina do Nascimento

Coordenadora Executiva da ASA pelo Estado do Ceará

Valquíria Alves Smith Lima

Coordenadora Executiva da ASA pelo Estado de Minas Gerais

José Aldo dos Santos

Coordenador Executivo da ASA pelo Estado de Pernambuco

Carlos Humberto Campos

Coordenador Executivo da ASA pelo Estado do Piauí